

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA BGC LIQUIDEZ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

A BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora” ou “DTVM”) é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e possui dependência na cidade de São Paulo. A Distribuidora é subsidiária da BGC Brazil Holdings Limitada, com sede do Brasil, e sua controladora final é a BGC Partners, Inc, cuja jurisdição está localizada nos Estados Unidos.

I. DOCUMENTOS RELACIONADOS

- Balanço patrimonial;
- Demonstração de resultado;
- Demonstração do resultado abrangente;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras;
- Parecer do auditor independente;
- Relatório da administração sobre os negócios e perspectivas.

Os documentos relacionados estão de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações financeiras e acompanham o disposto na Resolução nº 2, divulgada pelo Banco Central do Brasil em 12 de agosto de 2020.

II. DATA-BASE

A data-base dos dados divulgados nos relatórios elencados no item anterior, é de 30 de junho de 2025.

III. DA DIVULGAÇÃO

As demonstrações financeiras da BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. do período base de 30 de junho de 2025 foram divulgadas no site da Distribuidora em 25 de setembro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Em 30 de junho de 2025

Com relatório do auditor independente

Relatório da Administração

Prezados cotistas,

Temos o prazer de apresentar o relatório da administração referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025.

Desempenho Financeiro

No primeiro semestre de 2025, registramos uma receita de serviços de R\$ 86,5 milhões, representando uma leve queda de 1,04% em relação ao semestre anterior. Esse resultado reflete a redução dos ativos sob gestão das assets no Brasil, em decorrência do encolhimento da indústria de gestão de recursos e dos resgates líquidos nos fundos multimercados, um segmento relevante para o mercado de capitais e para a indústria de corretagem.

O resultado operacional recorrente atingiu R\$ 71,5 milhões, um crescimento expressivo de 20% frente ao semestre anterior, impulsionado principalmente pelo excelente desempenho da corretora na intermediação de títulos públicos, que apresentou alta de 39,7% em comparação ao semestre anterior.

O lucro líquido foi de R\$ 12,3 milhões, uma queda de 15,02% em relação ao semestre anterior. No entanto, ao excluir os efeitos do resultado não recorrente líquido do imposto de renda e contribuição social, o lucro líquido ajustado teria sido de R\$ 20,4 milhões, representando um avanço de 41,54%.

Capital e Liquidez

Encerramos o semestre com patrimônio de referência de R\$ 221 milhões, um aumento de 5,7% frente ao período anterior. O patrimônio mínimo exigido foi de R\$ 42 milhões, resultando em um colchão de capital regulatório de R\$ 179 milhões.

Os índices de liquidez demonstram solidez financeira, com o índice de liquidez corrente de 1,58 e o de liquidez geral de 3,33, evidenciando capacidade suficiente para honrar obrigações de curto e longo prazo.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 11,67%. A redução observada decorre da provisão para pagamento de um acordo com a PGFN, considerada não recorrente. Desconsiderando esse efeito, o ROE ajustado teria sido de 19,43%.

Controles Internos

A Corretora mantém um sistema de controles internos adequado ao nível de complexidade de suas operações, integrado ao modelo global da matriz BGC Group e alinhado às melhores práticas de mercado e normas regulatórias, com o objetivo de assegurar a confiabilidade das informações, a conformidade regulatória e a mitigação de riscos, com destaque aos processos de cibersegurança e proteção de dados.

No referido semestre, o departamento de Riscos atualizou as matrizes de risco, o mapeamento de processos em áreas-chave e seguiu o aprimoramento contínuo do protocolo para eventos de crise, reforçando a governança e a continuidade dos negócios.

Adicionalmente, informamos que o departamento de Compliance concluiu a implantação da nova ferramenta de PLD/FT, com avanços significativos nas análises de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, nos processos pré e pós-operacionais, reforçando o compromisso da Corretora com a integridade, a transparência junto ao mercado e a adoção das melhores práticas de AML.

Perspectivas Futuras

O ano de 2025 promete ser mais um período desafiador, com a continuidade do encolhimento da indústria de fundos multimercados e de ações, tendências observadas nos últimos anos. Contudo, estamos otimistas quanto às oportunidades que surgirão a partir do 2º semestre de 2025, quando esperamos uma recuperação gradual nas condições do mercado de capitais.

Neste ano devemos investir ainda mais em nossos serviços de inteligência de mercado, especialmente nos pilares de análise política e fiscal, visando a posicionar a BGC Liquidez entre as melhores corretoras do mercado brasileiro, em relação aos serviços econômicos, de inflação e de análise política.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, clientes e colaboradores, que são fundamentais para o sucesso contínuo da BGC Liquidez DTVM Ltda.

Erminio Lucci, CEO da BGC Liquidez

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Índice das Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2025

Relatório do auditor independente.....	01
Balanço patrimonial.....	04
Demonstração do resultado.....	05
Demonstração do resultado abrangente.....	06
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	07
Demonstração dos fluxos de caixa.....	08
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto Operacional.....	09
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	09
3. Principais práticas contábeis.....	10
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
5. Aplicações financeiras de liquidez imediata.....	17
6. Títulos e valores mobiliários.....	18
7. Negociação e intermediação de valores.....	19
8. Rendas a receber.....	20
9. Provisão para perdas esperadas.....	20
10. Outros ativos.....	21
11. Ativo imobilizado.....	21
12. Ativo intangível.....	22
13. Ajustes de exercícios anteriores.....	22
14. Obrigações sociais e trabalhistas.....	23
15. Obrigações fiscais correntes.....	23
16. Outras obrigações.....	23
17. Patrimônio líquido.....	24
18. Receitas de prestação de serviços.....	24
19. Despesas de pessoal.....	23
20. Outras despesas administrativas.....	25
21. Despesas tributárias.....	25
22. Outras receitas operacionais.....	26
23. Outras despesas operacionais.....	26
24. Resultado não recorrente.....	26
25. Imposto de renda e contribuição social.....	27
26. Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e trabalhistas.....	28
27. Partes relacionadas.....	29
28. Gerenciamento de risco.....	31
29. Programa de premiação de longo prazo (UNITS).....	35
30. Eventos subsequentes.....	35



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da
BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Ausência de valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de setembro de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'HFM', is positioned above the name of the auditor.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Balanco Patrimonial

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2025	Passivo	Nota	30/06/2025
Circulante		145.348	Circulante		91.779
Disponibilidades	4	6.201	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			Negociação e intermediação de valores	7.b	4.282
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5	86.982	Provisões		
Negociação e intermediação de valores	7.a	6.895	Obrigações sociais e trabalhistas	14	42.737
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Obrigações fiscais	15	9.479
Títulos e valores mobiliários	6	17.727	Outras obrigações	16	35.281
Outros créditos					
Rendas a receber	8	2.321			
Provisão para perdas esperadas	9	(787)			
Outros ativos circulantes	10	26.009			
Não circulante		165.438	Não circulante		3.792
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Provisão para passivos contingentes	26	3.772
Títulos e valores mobiliários	6	36.833	Impostos diferidos	25.b	20
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos e valores mobiliários	6	106.519			
Outros créditos					
Outros ativos não circulantes	10	3.524			
Impostos diferidos	25.b	18.562			
Permanente		7.420	Patrimônio líquido		222.635
Imobilizado de uso	11	16.148	Capital social	17.a	75.305
Depreciação	11	(10.432)	Reserva legal	17.b	7.251
			Reserva de lucro	17.c	140.049
Ativo intangível	12	2.696	Outros resultados abrangentes		30
Amortização	12	(992)			
Total do Ativo		318.206	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		318.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(em milhares de reais, exceto o lucro por cota)

Resultado	Nota	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		41.645
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	49.785
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.d	(8.140)
Despesas de intermediação financeira		(787)
Provisão para perdas de crédito esperadas	9	(787)
Resultado líquido de intermediação financeira		40.858
Outras receitas / (despesas) operacionais		30.687
Receita de prestação de serviços	18	86.479
Despesas de pessoal	19	(27.937)
Outras despesas administrativas	20	(20.383)
Despesas tributárias	21	(8.416)
Outras receitas operacionais	22	6.308
Outras despesas operacionais	23	(5.364)
Resultado operacional		71.545
Resultado não recorrente	24	(13.764)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		57.781
Imposto de renda e contribuição social		(7.649)
Imposto de renda e contribuição social corrente	25.a	(8.866)
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.217
Participação dos empregados nos lucros		(37.867)
Lucro líquido		12.265
Lucro líquido por cota (R\$)		0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido	<u>12.265</u>
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado	
Valor justo líquido dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	28
Resultando abrangente do semestre	<u>12.293</u>

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		75.305	6.638	128.296	2	-	210.241
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.265	12.265
Constituição de reservas	17	-	613	11.652	-	(12.265)	-
Ajuste ao valor de mercado (TVM)		-	-	-	28	-	28
Ajuste de exercícios anteriores	13	-	-	101	-	-	101
Saldos em 30 de junho de 2025		75.305	7.251	140.049	30	-	222.635

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Lucro líquido do semestre		12.265
Ajustes ao lucro líquido		
Reversão de provisão para contingências trabalhistas	26	(1.414)
Reversão de provisão para contingências cíveis	26	(378)
Provisão para contingências trabalhistas	26	197
Provisão para contingências cíveis	26	22
Provisão para perdas esperadas	9	787
Constituição de crédito IRPJ/CSLL a recuperar		42
Constituição de depósito judicial		59
Atualização monetária	22	(73)
Variação cambial não realizada		(1.732)
Ativo fiscal diferido		(1.217)
Depreciações e amortizações	20	1.026
Lucro líquido ajustado do semestre		9.584
(Aumento) / Redução em ativos		
Títulos e valores mobiliários		(9.905)
Intermediação de valores		93
Rendas a receber		200
Outros ativos		27.354
Aumento / (Redução) em passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas		5.474
Obrigações fiscais correntes		(9.368)
Contas a pagar		10.070
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		3.729
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais		27.647
Aquisição de imobilizado	11 e 12	(1.352)
Baixa de imobilizado	11 e 12	1
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de investimentos		(1.351)
Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades de financiamentos		-
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		35.880
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		57.303
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		93.183
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		35.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora" ou "DTVM") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e possui dependência na cidade de São Paulo. A Distribuidora é subsidiária da BGC Brazil Holdings Limitada, com sede no Brasil, e sua controladora final é a BGC Partners, Inc, cuja jurisdição está localizada nos Estados Unidos.

A Distribuidora tem como objeto social, atuar na intermediação em bolsa de valores, operar em bolsas de mercadorias e de futuros; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais, bem como exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 02/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.818/2020, 4.924/2021 e Resolução BCB nº 02/2020, foram incluídas na demonstração contábil da Distribuidora.

O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade (IFRS). As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Os pronunciamentos técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo Banco Central do Brasil, encontram-se a seguir:

Pronunciamento	Resolução BACEN/CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	178/22
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	352/23

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras (continuação)

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram adotadas premissas e estimativas de preços para mensuração dos valores ativos e passivos. Tais estimativas refletem julgamentos baseados nas melhores informações disponíveis à data de sua elaboração. Contudo, os valores efetivamente realizados na liquidação financeira desses ativos e passivos poderão divergir dos valores inicialmente estimados.

A Resolução BCB nº 352/2023 introduziu novos conceitos e critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros para sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, entre outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Em conformidade com a dispensa prevista na referida norma, os valores comparativos de períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras.

Para a BGC Liquidez, corretora independente de títulos e valores mobiliários sem carteira de crédito, ou seja, sem atuação na concessão de financiamentos ou empréstimos, a adoção da Resolução BCB nº 352/2023 resultou em impactos contábeis relevantes, embora menos intensos quando comparados às instituições com significativa exposição ao risco de crédito. Os principais efeitos concentraram-se na reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros, na constituição de provisões restritas a determinados ativos e no aprimoramento da transparência das informações contábeis. Os custos de adequação foram considerados não significativos, uma vez que não houve alteração na mensuração dos ativos financeiros, apenas ajustes no mapeamento contábil.

No semestre de 2025, foi implementado um modelo de classificação de risco baseado no perfil dos clientes e nos dias de atraso, que, em geral, não excedem 30 dias. Com base nesse modelo, estima-se uma provisão para perdas sobre recebíveis decorrentes de serviços de intermediação financeira no mercado de balcão entre 0,5% (R\$ 150) e 1% (R\$ 300).

A Distribuidora segue avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021. Ressalta-se que, conforme disposto no art. 67 da referida norma, o Banco Central do Brasil poderá emitir regulamentações complementares para sua execução, as quais poderão gerar efeitos relevantes nos planos de ação em desenvolvimento.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 25 de setembro de 2025.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos disponíveis em moeda nacional são apresentados pelo valor nominal. As aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias a partir da data de aquisição e risco insignificante de alteração no valor justo, são consideradas equivalentes de caixa.

b) Instrumentos financeiros

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023, os instrumentos financeiros são classificados com base no modelo de negócios adotado pela entidade. Para fins contábeis, considera-se instrumento financeiro qualquer contrato que gere um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

b) Instrumentos financeiros (continuação)

Os instrumentos financeiros são geridos com os seguintes objetivos:

- Recebimento exclusivo dos fluxos de caixa contratuais;
- Recebimento dos fluxos de caixa com possibilidade de venda;
- Finalidades diversas.

Com base nesses objetivos, os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** ativos financeiros cujo objetivo é manter para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, desde que estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos financeiros cujo modelo de negócios contempla tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos, desde que os fluxos de caixa representem exclusivamente pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** ativos financeiros que não se enquadram nas demais categorias ou que foram designados para essa mensuração com o objetivo de eliminar inconsistências contábeis.

Recebimento exclusivo dos fluxos de caixa contratuais

Os ativos são mantidos com o propósito de receber exclusivamente pagamentos de principal e juros. Incluem-se nessa categoria os saldos de caixa, equivalentes de caixa e valores a receber de clientes ou partes relacionadas. A mensuração é feita pelo custo amortizado (CA).

Recebimento dos fluxos de caixa com possibilidade de venda

Este modelo busca assegurar a liquidez operacional, permitindo tanto o recebimento dos fluxos contratuais quanto a alienação dos ativos antes do vencimento, conforme necessidade. Os investimentos concentram-se em ativos líquidos e de baixo risco, como títulos públicos.

As alienações podem ocorrer por motivos como:

- Pagamento de participações nos lucros;
- Liquidação de operações na B3;
- Necessidades específicas, como investimentos em ativos permanentes.

A flexibilidade desse modelo é essencial para a gestão eficiente da tesouraria. Os ativos são mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), com perdas esperadas reconhecidas no resultado e variações no valor justo registradas diretamente no patrimônio líquido.

Finalidades diversas

Ativos que não se enquadram nos modelos anteriores ou que foram designados para essa mensuração com o objetivo de eliminar inconsistências contábeis. Geralmente, incluem ativos utilizados como garantias operacionais e de liquidez, como depósitos vinculados à B3 ou ao Banco Central.

A Corretora não possui interesse em investir em instrumentos patrimoniais de outras entidades, pois tais aplicações não estão alinhadas ao seu modelo de negócios.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

b) Instrumentos financeiros (continuação)

Na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, os instrumentos financeiros foram alocados nas categorias previstas, conforme o modelo de negócios definido pela administração. Essa adoção não resultou em impactos contábeis significativos relacionados à reclassificação de ativos previamente reconhecidos, mas exigiu adaptações aos novos critérios de mensuração e classificação.

Para os ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, aplica-se o teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros), que avalia se os fluxos de caixa são compostos exclusivamente por principal e juros, considerando o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

A análise dos modelos de negócios considera o propósito das operações, os riscos associados e a forma como o desempenho é reportado à administração. Títulos para negociação são classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado.

Mensuração a valor justo

O valor justo é definido como o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas, em condições normais e competitivas de mercado, na data da avaliação.

A determinação do valor justo pode ser realizada por meio de diferentes técnicas de avaliação, tais como:

- Valor presente líquido;
- Fluxos de caixa descontados;
- Comparação com instrumentos similares com preços observáveis no mercado.

Os instrumentos financeiros são mensurados com base na hierarquia do valor justo, que classifica os dados utilizados na avaliação em três níveis:

- Nível 1 – Preços cotados em mercados ativos: preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos, disponíveis em mercados ativos na data da mensuração.
- Nível 2 – Inputs observáveis: dados que não são preços cotados de ativos ou passivos idênticos, mas que são observáveis direta ou indiretamente no mercado, como taxas de juros, curvas de rendimento ou preços de instrumentos similares;
- Nível 3 – Inputs não observáveis: dados não baseados em informações de mercado observáveis, utilizados quando não há mercado ativo ou comparável. A mensuração depende de premissas internas e julgamentos da Administração.

A mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros é realizada com base em preços de mercado ou cotações fornecidas por agentes especializados, quando se trata de instrumentos negociados em mercados ativos. Para instrumentos não negociados em mercados ativos, utilizam-se técnicas de avaliação como modelos de fluxo de caixa descontado, valor presente líquido ou comparação com instrumentos similares.

Adicionalmente, são registrados ajustes de avaliação com o objetivo de refletir adequadamente os riscos inerentes aos modelos utilizados, diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, riscos de liquidez, entre outros fatores relevantes. A Corretora entende que tais ajustes são necessários e apropriados para assegurar a correta mensuração, a valor justo, dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial.

Instrumentos derivativos

As operações com derivativos são mensuradas a valor de mercado e contabilizadas conforme o tipo:

- Futuros: ajustes diários reconhecidos como receita ou despesa;

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

b) Instrumentos financeiros (continuação)

- Opções: prêmios registrados até o exercício ou vencimento;
- Swaps: diferenciais apropriados pro-rata.

Em 30 de junho de 2025 não havia instrumentos financeiros derivativos destinados como instrumentos de hedge.

Alteração dos modelos de negócios

A reclassificação de ativos financeiros é exigida apenas quando houver alteração no modelo de negócios da entidade para gerenciamento desses ativos. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que estabelece os critérios contábeis para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, a entidade avaliou os impactos decorrentes da nova regulamentação.

Após análise técnica e contábil, concluiu-se que não houve necessidade de reclassificação dos instrumentos financeiros previamente reconhecidos. No entanto, foram realizadas adaptações às novas categorias de classificação exigidas pela norma, com o objetivo de alinhar os procedimentos contábeis aos conceitos estabelecidos, especialmente no que se refere à mensuração com base no modelo de negócios da entidade e nas características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados pela corretora na categoria custo amortizado, exceto:

- I. Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- II. Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- III. Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme a Seção III deste capítulo;
- IV. Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados conforme o disposto no capítulo IIII deste título; e
- V. Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:
 - a. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e
 - b. O valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

Taxa de juros efetiva

Conforme previsto no Art. 72 da Resolução BCB nº 352/2023, a taxa de juros efetiva tem como objetivo determinar a taxa que iguala o valor presente dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro ao seu valor contábil bruto.

A instituição não concede crédito a clientes, portanto, a taxa de juros efetiva não se aplica aos ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), nos quais a taxa contratual equivale à taxa efetiva. Nos investimentos em títulos públicos, não há custos adicionais, sendo utilizada a taxa contratual.

Embora não possua passivos financeiros remunerados, caso venha a contratá-los, será avaliado o impacto dos custos de transação na taxa efetiva. Em renegociações, será aplicada a taxa originalmente contratada, conforme o Art. 23 da Resolução.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

b) Instrumentos financeiros (continuação)

Intercompany e variação cambial

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo aqueles mantidos entre partes relacionadas (intercompany). Quando tais instrumentos estão denominados em moeda estrangeira, a norma determina que a variação cambial seja reconhecida contabilmente, conforme o modelo de mensuração adotado (custo amortizado ou valor justo).

Mesmo em operações entre empresas do mesmo grupo econômico, a exposição à variação cambial deve ser refletida nas demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de mensuração e evidenciação previstos na norma.

c) Negociação e intermediação de valores – ativo e passivo

Representada por valores pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar, relativos às operações de compra ou de venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por conta própria e/ou de terceiros.

d) Empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base pro rata die.

e) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% ao ano para veículos e sistemas de processamento de dados e de 10% ao ano para os demais itens. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano. O saldo do ativo intangível é constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados.

f) Benefícios a empregados

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.

g) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades que representam uma expectativa de direito futuro de recebimento de ações (Units) da empresa Controladora BGC Global Holdings L.P. A mensuração das units é baseada no valor da ação da empresa na data em que é feita a autorização para conversão das units em ações. Quando a Controladora efetua a liquidação das units, ou seja, o pagamento aos funcionários da Distribuidora, a Distribuidora registra esses valores em despesas do período no resultado em contrapartida ao Passivo efetuando posteriormente o reembolso à Controladora referente ao benefício dado aos funcionários. Não há estabelecido um prazo de pagamento para esse reembolso, a Distribuidora está negociando com sua Controladora para efetuar os reembolsos duas vezes ao ano.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

h) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Imposto de renda (Adicional)	10,00%
Contribuição social	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS - Rio de Janeiro (Serv. Corretagem)	2,00%
ISS - Rio de Janeiro (Outros Serviços)	5,00%
ISS - São Paulo	5,00%

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

k) Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

l) Partes relacionadas

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações conforme condições contratuais e usuais de mercado.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

m) Outras despesas operacionais

São apurados dentre os lançamentos nas contas de resultado, os eventos que ocorreram e que não eram esperados, bem como aqueles que tiveram origem nas operações normais, mas que por qualquer motivo, produziram um valor não esperado.

n) Lucro por cota

O cálculo do resultado por cota é feito multiplicando-se o lucro/prejuízo por mil e dividindo pela quantidade de cotas.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de ações judiciais. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 02/2020, dispõe sobre a divulgação de resultados recorrente e não recorrente de forma segregada. Para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I – não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A empresa registrou resultado não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2025, relativos à adesão de parcelamento e depósitos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

q) Transfer Pricing

Durante o primeiro semestre de 2025, a Empresa prestou serviços de corretagem a empresas vinculadas localizadas no exterior, caracterizando operações de exportação de serviços intercompany.

Em conformidade com a Lei nº 14.596/2023, que estabelece as regras de preços de transferência aplicáveis ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), foram adotados dois métodos, sendo o método de “Margem Líquida da transação” (MLT) e “Outro Método” (OUT) – Transações de Divisão de Receitas 90/10.

r) Provisão para perdas esperadas

Embora a BGC Liquidez não possua carteira de crédito tradicional, a adoção da Resolução nº 352/2023 introduziu a obrigatoriedade de constituição de provisões para perdas esperadas em instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito. Essa exigência abrange ativos como depósitos interfinanceiros, títulos públicos e privados, bem como recebíveis decorrentes de operações de intermediação financeira.

Para instituições enquadradas nos Segmentos 4 (S4) e 5 (S5), como é o caso da BGC Liquidez, a norma permite a utilização de metodologia simplificada para cálculo das perdas esperadas. Ainda que o impacto contábil seja limitado pela ausência de uma carteira de crédito relevante, os ajustes decorrentes da provisão podem aumentar as despesas no resultado e reduzir o patrimônio líquido, configurando impacto relevante nas demonstrações financeiras.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis (continuação)

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/2011.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Distribuidora, em 30 de junho de 2025, está assim representado:

Descrição	30/06/2025
Caixa	2
Bancos (moeda nacional)	6.199
Total Disponibilidades	6.201
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	86.982
Total	93.183

(i) Vencimento original igual ou inferior a 90 dias (Nota nº 5).

5. Aplicações financeiras de liquidez imediata

a) Aplicações em operações compromissadas

Descrição	30/06/2025
Re vendas a liquidar (posição bancada)	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	29.983
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	56.999
Total	86.982

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras de liquidez imediata (continuação)

b) Composição por prazo de vencimento

Descrição	30/06/2025
Re vendas a liquidar	Até 3 meses
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	29.983
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	56.999
Total	86.982

6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação:

	30/06/2025		
Carteira própria	Custo	Mercado	Ajuste MTM (i)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes			
Títulos públicos	124.195	124.246	51
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Fundos de Investimentos (ii)	36.833	36.833	-
Total	161.028	161.079	51

(i) O saldo acumulado do ajuste de marcação a mercado, registrado em contrapartida no patrimônio líquido juntamente com o imposto de renda sobre o MTM, representa um ganho não realizado de R\$ 51. Por se tratar de ativos com preços observáveis em mercados ativos, o ajuste foi classificado no Nível 1 da hierarquia do valor justo.

(ii) Representado por aplicações no Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado Investimento no Exterior.

b) Posição por vencimento:

	30/06/2025					
Títulos e valores mobiliários por vencimento	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	A partir de 3 anos	Títulos sem vencimento	Total
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.727	-	44.453	62.066	-	124.246
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	36.833	36.833
Total	17.727	-	44.453	62.066	36.833	161.079

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários no semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 49.785, sendo R\$ 47.529 nos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (95,4%) e R\$ 2.255 nos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (4,6%).

d) Resultado de operações com derivativos

O resultado das operações com derivativos, no semestre findo em 30 de junho de 2025, resultou em prejuízo de R\$ 8.140.

Em 30 de junho de 2025, a Distribuidora não registrou saldos de derivativos a serem liquidados.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários (continuação)

e) Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Esses ativos são aqueles para os quais há dúvidas significativas sobre a capacidade da contraparte de cumprir suas obrigações.

A empresa utiliza os critérios abaixo para identificação deste item:

- Operações Reestruturadas: são aquelas modificadas devido à dificuldade financeira do devedor. A reestruturação pode envolver prorrogação de prazos, redução de juros ou alteração de garantias, indicando risco de crédito.
- Expectativa de Recuperação: avalia-se a capacidade do devedor de cumprir suas obrigações com base em histórico de pagamentos, garantias e condições econômicas. Se houver evidência de inadimplência provável, o ativo é considerado problemático.
- Receitas Não Reconhecidas: enquanto o ativo estiver classificado como de difícil recuperação, receitas como juros e encargos não são reconhecidas contabilmente, evitando superavaliação dos resultados.
- Descaracterização do Ativo como Problemático: o ativo pode ser reclassificado como regular se o devedor retomar os pagamentos de forma consistente, sem atrasos, e houver evidência de que cumprirá integralmente suas obrigações.

7. Negociação e intermediação de valores

O saldo de intermediação de valores (a receber e a pagar) em 30 de junho de 2025, está assim representado:

a) Negociação e intermediação de valores a receber:

Descrição	30/06/2025
Contas de liquidações pendentes - Devedores	
Instituições de mercado	3.592
Pessoas físicas e jurídicas	4
Agentes de compensação - B3	3.299
Total	<u>6.895</u>

b) Negociação e intermediação de valores a pagar:

Descrição	30/06/2025
Contas de liquidações pendentes - Credores	
Instituições de mercado	(4.268)
Pessoas físicas e jurídicas	-
Agentes de compensação - B3	(14)
Total	<u>(4.282)</u>

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

8. Rendas a receber

Descrição	30/06/2025
Rendas de corretagem de dólar pronto	1.813
Rendas de corretagem de SELIC	507
Rendas de corretagem de termo	1
Total	2.321

9. Provisão para perdas esperadas

A provisão para perdas esperadas é reconhecida com o objetivo de refletir, de forma prudente, o risco de crédito associado aos instrumentos financeiros registrados no ativo. Embora a Corretora não possua carteira de crédito tradicional, a Resolução BCB nº 352/2023 exige a constituição de provisão para perdas esperadas em instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito, como depósitos interfinanceiros, títulos públicos e privados, e recebíveis de operações de intermediação financeira.

Durante o semestre, constituímos a provisão para perdas esperadas de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está alocado, conforme detalhado abaixo:

Estágio	Descrição	Critérios de Alocação
1	Operações em curso normal, sem aumento significativo de risco	Perdas esperadas nos próximos 12 meses
2	Aumento significativo do risco de crédito	Perdas esperadas ao longo da vida útil
3	Evidência de deterioração substancial da capacidade de pagamento	Provisão total (100% das perdas esperadas)

A Corretora calcula a provisão com base em estimativas contábeis das perdas potenciais decorrentes da inadimplência de clientes ou contrapartes. O valor a receber dos clientes é avaliado mensalmente, e a provisão é ajustada conforme os estágios. Após o recebimento do valor devido, o instrumento é reclassificado, deixando de ser considerado como ativo com problema de recuperação de crédito.

Em 30 de junho de 2025, a provisão para perdas esperadas totalizou R\$ 787, valor referente ao saldo a receber das operações de dólar pronto e da conta corrente dos clientes (sendo 88% de um único cliente, tendo sido integralmente provisionado).

a) Provisão para perdas esperadas por estágio de risco:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Dólar Pronto	20	69	8	97
Conta Corrente	-	-	690	690
Total	20	69	698	787

Desde 1º de janeiro de 2025 a Distribuidora implementou uma nova política de risco, com critérios de provisionamento atualizados, em conformidade com as melhores práticas de gestão de risco e com as exigências regulatórias vigentes.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

10. Outros ativos

Descrição	30/06/2025
Adiantamentos salariais	923
Interposição de recursos trabalhistas (i)	3.524
Imposto de renda e contribuição social a compensar	30
Pagamentos a ressarcir	5
Despesas antecipadas (ii)	13.157
Provisão para perdas esperadas	(787)
Valores a receber de sociedades ligadas [NE 27] (iii)	11.894
Total	28.746
Circulante	25.222
Não circulante	3.524

(i) Refere-se a depósitos judiciais de reclamações trabalhistas, onde o saldo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 1.370, também temos um depósito judicial para um processo tributário municipal com saldo em 30 de junho de 2025 de R\$ 1.665 e a cobertura de risco em 30 de junho de 2025 referente a processos trabalhistas que foram originados do período anterior à aquisição da Distribuidora no valor de R\$ 489;

(ii) O saldo de despesas antecipadas é representado pelo pagamento de bônus de retenção, os quais são amortizados de acordo com os contratos, além do saldo de despesas administrativas pagas antecipadamente. Do montante total, R\$ 10.780 refere-se ao bônus de retenção, R\$ 91 refere-se a seguros e R\$ 2.286 refere-se às despesas administrativas pagas antecipadamente.

(iii) Valores a receber de sociedades ligadas são, sobretudo, originados por serviços prestados de consultoria e informações mercadológicas, com vencimento no mês seguinte ao do serviço prestado, no montante de R\$ 11.894.

11. Ativo imobilizado

a) Imobilizado

Descrição	01/01/2025		30/06/2025		
	Taxa anual de depreciação	Valor	Aquisições	Baixas	Valor
Instalações	10%	1.051	14	-	1.065
Móveis	10%	911	30	-	941
Equipamentos	10%	722	-	(87)	635
Sistema de processamento de dados	20%	12.267	1.308	(82)	13.493
Sistema de segurança	20%	14	-	-	14
Total		14.965	1.352	(169)	16.148

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

11. Ativo imobilizado (continuação)**b) Depreciação acumulada**

Descrição	01/01/2025		30/06/2025		
	Taxa anual de depreciação	Valor	Depreciação do período	Baixas	Valor
(-) Instalações	10%	(263)	(52)	-	(315)
(-) Móveis	10%	(326)	(41)	-	(367)
(-) Equipamentos	10%	(667)	(8)	87	(588)
(-) Sistema de processamento de dados	20%	(8.545)	(684)	81	(9.148)
(-) Sistema de segurança	20%	(14)	-	-	(14)
Total		<u>(9.815)</u>	<u>(785)</u>	<u>168</u>	<u>(10.432)</u>

12. Ativo intangível**a) Intangível**

Descrição	01/01/2025		30/06/2025		
	Taxa anual de amortização	Valor	Aquisições	Baixas	Valor
Software	20%	2.696	-	-	2.696
Total		<u>2.696</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.696</u>

b) Amortização acumulada

Descrição	01/01/2025		30/06/2025		
	Taxa anual de amortização	Valor	Amortização do período	Baixas	Valor
(-) Software	20%	(751)	(241)	-	(992)
Total		<u>(751)</u>	<u>(241)</u>	<u>-</u>	<u>(992)</u>

13. Ajustes de exercícios anteriores

Descrição	30/06/2025
Depósitos judiciais	(59)
Reconhecimento de saldo negativo de IRPJ e CSLL ref. 2021	(42)
Total	<u>(101)</u>

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

14. Obrigações sociais e trabalhistas

O saldo de obrigações sociais e trabalhistas está representado da seguinte forma:

Descrição	30/06/2025
Provisão para participação nos lucros (i)	36.892
Provisão de gratificação	750
Provisão de férias e encargos	3.926
Provisão de 13º salário e encargos	1.169
Total	42.737

(i) Provisão para pagamento da participação dos lucros e resultados, aplicável a todos os funcionários, conforme assembleia de aprovação da participação nos lucros e resultados no dia 08/07/2025 para o Rio de Janeiro, e 24/06/2025 para São Paulo. Os pagamentos ocorrem semestralmente, em fevereiro e agosto de cada ano, conforme determinado pela assembleia. Durante o semestre, foi reconhecido na despesa o pagamento de R\$ 33.655, referente ao período anterior.

15. Obrigações fiscais correntes

Descrição	30/06/2025
Impostos e contribuições a recolher	4.341
Impostos e contribuições sobre os lucros	5.138
Total	9.479

16. Outras obrigações

Descrição	30/06/2025
Valores a pagar para sociedades ligadas [NE 27] (i)	21.694
Provisão de outras despesas administrativas (ii)	1.400
Outros pagamentos (iii)	12.187
Total	35.281

(i) As provisões de valores a pagar a sociedades ligadas em 30 de junho de 2025 referem-se, sobretudo, a valores a pagar para BGC USA, originadas por rateio de despesas administrativas sem data de vencimento prevista no montante de R\$ 4.562, reembolso de despesas de R\$ 14.943 da BGC Partners L.P., reembolso de despesas de R\$ 2.189 para outras entidades do grupo em 2025.

(ii) As provisões para despesas administrativas são, sobretudo, referentes a valores a pagar a prestadores de serviço de auditoria, consultoria econômica e financeira, e referente ao Charity Day.

(iii) Outros pagamentos referem-se aos fornecedores R\$ 1.089, aluguéis a pagar R\$ 167, reembolso de depósitos judiciais R\$ 615, valores retidos a pagar sobre RSU R\$ 793 e parcelamentos a pagar no valor de R\$ 9.523.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 75.305 e está representado por 7.530.475 cotas com valor de R\$ 10,00 (dez reais).

b) Reserva legal

A reserva legal da Distribuidora é calculada à base de 5% sobre o lucro líquido. Em 30 de junho de 2025, a Distribuidora constituiu reserva no valor de R\$ 613 totalizando R\$ 5.813 em face ao lucro líquido obtido no 1º semestre de 2025.

c) Reserva de lucros

Os lucros apurados nos balanços do semestre serão imediatamente distribuídos como dividendos aos sócios ou então, retidos em conta de reservas de lucros na Distribuidora para oportuna distribuição ou capitalização, observada sempre a proporção de cada sócio no capital social, conforme definido no parágrafo 2º, cláusula 7ª da Alteração Contratual do Estatuto datado em 09 de dezembro de 2021, em vigor.

Os lucros remanescentes, após constituição da reserva legal, foram mantidos na Distribuidora conforme determinação da sócia BGC Brazil Holding LLC.

18. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/06/2025
Prestação de serviços a ligadas [NE 27]	29.811
Corretagem de operações em bolsa - SP	28.830
Corretagem de operações em bolsa - RJ	18.536
Corretagem de operações diversas	9.302
Total	86.479

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

19. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2025
Proventos	(18.289)
Encargos sociais	(4.743)
Benefícios	(4.580)
Outras	(325)
Total	(27.937)

20. Outras despesas administrativas

Descrição	30/06/2025
Aluguéis	(1.330)
Condomínio	(346)
Comunicações	(1.305)
Processamento de dados	(8.539)
Serviços técnicos especializados	(3.020)
Despesas de manutenção	(224)
Despesas de representação	(1.354)
Despesas de viagens	(454)
Despesas com eventos	(385)
Serviços de terceiros	(100)
Despesas financeiras	(513)
Despesas B3	(603)
Depreciações e amortizações	(1.026)
Doações	(195)
Outras despesas administrativas	(989)
Total	(20.383)

21. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2025
ISS	(3.768)
PIS	(624)
COFINS	(3.842)
Outras despesas tributárias	(182)
Total	(8.416)

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2025
Reversões de provisões de contingências [NE 26]	1.894
Atualizações monetárias ativas	24
Variação cambial ativa	4.316
Atualização monetária de depósito judicial	73
Diversos	1
Total	6.308

23. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2025
Provisão de contingências [NE 26]	(218)
Juros e multas diversos	(2)
Variação cambial passiva (ii)	(3.342)
Diversos (i)	(1.802)
Total	(5.364)

- (i) O saldo de diversos em 30 de junho de 2025 é composto pelas seguintes contas: reembolso de despesas à BGC Global Holdings L.P de R\$ 1.796, outras despesas indedutíveis de R\$ 4, perdas na baixa do ativo imobilizado de R\$ 1 e outras indedutíveis R\$ 1.
- (ii) O saldo de variação cambial é integralmente referente a recebíveis de coligadas, mensurados pelo custo amortizado.

24. Resultado não recorrente

Descrição	30/06/2025
Adesão PGFN	(13.727)
Depósitos judiciais	(37)
Total	(13.764)

A Distribuidora aderiu ao programa de Transação Tributária instituído pela Receita Federal, conforme previsto em publicação de edital.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social**a) Corrente**

	30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	19.914	19.914
Adições/(exclusões) temporárias		
Provisão de participação nos lucros e resultados	4.211	4.211
Provisão para contingências	218	218
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	-	-
Prêmios e gratificações	750	750
Reversão de prêmios e gratificações	(1.296)	(1.296)
Reversão de provisão de contingências	(1.894)	(1.894)
Outras diferenças temporárias	718	718
	-	-
Adições/(exclusões) permanentes	-	-
Brindes e doações	102	102
Prêmios e gratificações	-	-
Lei do bem	-	-
Programa de alimentação do trabalhador (em dobro)	(1.146)	-
Outras diferenças permanentes	188	188
Base de cálculo ajustada	21.765	22.911
(-) Compensação com créditos fiscais	-	-
Base de cálculo após compensação dos créditos fiscais	21.765	22.911
Imposto de renda (15%)	(3.265)	-
Imposto de renda - Adicional (10%)	(2.164)	-
(-) Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	-	-
Contribuição social (15%)	-	(3.437)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.429)	(3.437)
Ativo fiscal diferido	(11)	(7)

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias passaram a ser registrados contabilmente a partir de 01 de janeiro de 2022, vide o enquadramento da Distribuidora nos critérios da Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020.

Portanto, o quadro a seguir estão apresentadas as movimentações das diferenças temporárias no período, bem como o impacto dos saldos iniciais e o prazo estimado pela Administração, para realização dos créditos tributários gerados:

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

25. Imposto de renda e contribuição social (continuação)**b) Impostos diferidos (continuação)**

Diferença temporária	Saldo em 30/06/2025	Ativo fiscal diferido líquido	Valor presente
Provisão de participação nos lucros e resultados	36.892	14.756	14.417
Provisão de gratificação contratual	750	300	273
Provisão de pagamentos a efetuar	124	50	48
Provisão de auditoria	141	56	49
Charity Day	1.135	454	438
Provisão para perdas de crédito - Devedores em Atraso	787	315	274
Marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	(51)	(20)	(20)
Provisão para contingências	2.015	806	401
Provisão de reembolso para partes relacionadas	4.562	1.825	907
TOTAL	46.355	18.542	16.787

30/06/2025		
Consumo	Ativo fiscal diferido líquido	Valor presente
2025	15.541	15.156
2026	3.002	1.631
2027	2.631	1.308
2028	2.631	1.308
2029	2.631	1.308
TOTAL	26.436	20.711

26. Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e trabalhistas**a) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis**

As provisões para processos trabalhistas são representadas por processos movidos por 2 (dois) ex-funcionários. As provisões para processos cíveis são representadas por processos movidos por 1 (uma) empresa. A movimentação das provisões para contingências no semestre está abaixo apresentada:

Descrição	30/06/2025		
	Trabalhista	Civil	Total
Saldo no início do semestre	4.608	737	5.345
Constituições	-	34	34
Atualizações	197	(12)	185
Reversões	(1.414)	(378)	(1.792)
Saldo no final do semestre	3.391	381	3.772

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

26. Passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e trabalhistas (continuação)

a) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis (continuação)

Em face ao cenário das contingências apresentadas, a Distribuidora mantém saldos de depósitos judiciais, os quais poderão ser objeto de uso em caso de perdas processuais. O saldo de depósitos judiciais mantido pela Distribuidora em 30 de junho de 2025 é de R\$ 3.524, conforme nota explicativa nº 9.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2025, a Distribuidora era parte do polo passivo em 2 (duas) ações em andamento de natureza cível, com risco possível, que totalizam o montante de R\$ 70.108.

c) Órgãos reguladores

Em novembro de 2023, a Receita Federal iniciou uma fiscalização da BGC Liquidez, através do Termo de Início de Procedimento Fiscal (TIPF), que visava verificar a existência de eventuais diferenças dos pagamentos realizados das contribuições previdenciárias, para outras entidades e fundos, no ano de apuração de 2020.

A fiscalização transcorreu no decorrer de 2023 a 2025, sendo finalizada em 2025, com a emissão de Auto de Infração, pois o auditor entendeu que a empresa deixou de recolher contribuições previdenciárias incidentes sobre a participação nos lucros e resultados dos empregados.

A BGC contratou o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para interpor a defesa administrativa ao Auto de Infração lavrado pela RFB, por entender que o pagamento de PLR não é base de cálculo para recolhimento dos encargos sociais. Este processo está no início e empresa não tem como prever se haverá desembolso, nem o valor total do risco. Entendemos que não há necessidade de realizar nenhuma provisão neste momento, somente informar em nota explicativa, de acordo com o CPC 25.

27. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	30/06/2025	
	Ativo	Passivo
Intercompany	Valores a Receber	Valores a Pagar
Aurel BGC	-	(122)
BGC Brokers LP	159	(632)
BGC Brokers LP a Londres (Royaume-Uni), Succursale de Geneve	1	-
BGC Brokers US LP	1	-
BGC Capital Markets LP	2.052	-
BGC Derivative Markets, LP	-	(217)
BGC Financial LP	5.854	-
BGC Global Holdings LP	-	(20)
BGC Holdings LP	-	(208)
BGC Partners LP	-	(14.603)
BGC Partners, Inc	-	(341)
BGC USA LP	-	(4.562)
Cantor Fitzgerald & Co	34	-
Cantor Fitzgerald Securities	100	(943)
Fenics Software INC	284	-
GFI Securities LLC	1.650	(47)
GFI Net INC	3	-
Total	10.138	(21.695)

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

27. Partes relacionadas (continuação)

a) Saldos com partes relacionadas (continuação)

Intercompany	30/06/2025			
	Receita		Despesa	
	Prestação de Serviços	Variação Cambial	Outras Despesas	Variação Cambial
Aurel BGC	-	50	-	(54)
Aurel BGC Italy Branch	-	20	-	-
BGC Brokers LP	469	7	(28)	(129)
BGC Brokers LP a Londres (Royaume-Uni), Succursale de Geneve	9	-	-	(3)
BGC Brokers US LP	-	1	-	-
BGC Capital Markets LP	3.850	197	-	(223)
BGC Derivative Markets, LP	-	17	(247)	-
BGC Financial LP	19.217	113	-	(1.540)
BGC Global Holdings LP	-	15	1	(19)
BGC Holdings LP	-	28	-	(5)
BGC Partners LP	-	3.346	(1.425)	(888)
BGC Partners, Inc	-	426	(371)	(9)
Cantor Fitzgerald & Co	92	1	-	(7)
Cantor Fitzgerald Securities	445	79	-	(22)
Fenics Software INC	913	3	-	(53)
GFI Securities LLC	4.816	9	-	(390)
Total	29.811	4.315	(2.070)	(3.342)

b) Resultado obtido com partes relacionadas

No semestre findo em 30 de junho de 2025, as rendas de serviços de consultoria e informações mercadológicas com as Partes Relacionadas totalizam R\$ 29.810, no primeiro semestre de 2025, correspondentes à prestação de serviço mensal com pagamento em até 30 dias, em média.

As transações entre partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Distribuidora para o semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 1.241, a qual é considerada benefício de curto prazo.

A Distribuidora não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

28. Gerenciamento de risco

As informações detalhadas relativas ao processo de gestão de riscos e as exigências quanto ao Patrimônio de referência encontram-se disponíveis em sua matriz, localizada no Estado do Rio de Janeiro.

A gestão de riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração da matriz, para garantir isenção de conflito de interesse e a devida segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

Nossa estrutura organizacional está delineada de acordo com as recomendações propostas pelo Acordo da Basileia, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, legal e operacional.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente, no que tange a formulação de análises de impacto, planos de continuidade, planos de recuperação de desastres, planos de backup e gerenciamento de crises.

a) Risco de mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de perdas financeiras decorrentes de flutuações adversas nos valores de mercado de ativos e passivos, em virtude de mudanças em variáveis de mercado como taxas de juros, índices de preços, taxas de câmbio e preços de commodities.

Conforme estabelecido em suas Políticas Internas e Declaração de Appetite ao Risco, a BGC Liquidez possui um apetite ao risco de mercado intrinsecamente conservador. A Distribuidora não está autorizada a realizar operações proprietárias com objetivo especulativo. Nossa exposição a este risco é, portanto, residual e estritamente limitada a duas fontes:

1. Posições não intencionais oriundas de erros operacionais ou de operações de facilitation;
2. Taxa de juros da carteira de aplicações financeiras de liquidez, composta majoritariamente por títulos públicos federais (operações overnight), cujo objetivo exclusivo é a remuneração do capital próprio com segurança e liquidez.

A gestão de Risco de Mercado da BGC Liquidez é aderente à Resolução BCB 265/2022. A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados diariamente por área independente das unidades de negócio. Nossa estrutura de governança proporciona transparência assegurando que o risco de mercado permaneça dentro dos limites de apetite de risco aprovado pelo Comitê Regulatório. Qualquer violação de limite aciona procedimentos escalonatórios de alerta para a Diretoria Executiva e o Comitê de Regulatório.

Além disso, em observância às exigências da Resolução BCB 265/2022, da Resolução BCB 100/2021 e da Resolução BCB 84/2021, é enviado ao BACEN o Demonstrativo diário de acompanhamento das parcelas de requerimento de capital e dos limites operacionais (DDR) e Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

b) Risco operacional

O Risco Operacional é definido pela possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

28. Gerenciamento de risco (continuação)

b) Risco operacional (continuação)

A Distribuidora, em cumprimento a Resolução BCB nº 265/2022 e a Resolução BCB nº 356/2023, possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional alinhada com as expectativas regulatórias e melhores práticas de mercado, o que engloba política, processos, sistemas, procedimentos e equipe dedicada para identificação, avaliação, classificação, monitoramento e reporte dos riscos, de modo a prestar a Alta Administração uma visão abrangente e integrada dos riscos identificados, seu nível de exposição e a evolução da implementação de controles mitigatórios.

As diretrizes e procedimentos citados também abrangem à mitigação do risco de continuidade de negócios, incluindo estratégias e planos de contingência para assegurar a recuperação das operações em situações de crises.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por uma contraparte, de suas obrigações financeiras.

No entendimento da Alta Administração, o risco de crédito incorrido pela BGC Liquidez é imaterial visto que a Distribuidora não atua na concessão de financiamento ou empréstimos. Embora a Companhia não possua carteira de crédito tradicional, a adoção da Resolução nº 352/2023 introduziu a obrigatoriedade de constituição de provisões para perdas esperadas em instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito. A metodologia utilizada pela Corretora está descrita na Nota 9.

A Corretora atua como intermediadora de operações, tendo como foco o processo de execução de ordens de clientes que atuam na modalidade repasse, sem responsabilidade no processo de liquidação como membro de compensação. Apesar da imaterialidade da exposição global, a Corretora mantém um sistema de análise de limites de operacionais desenvolvidas com base no modelo de *scorecard* que avalia, dentre outros KPI's, a capacidade econômico-financeira e a estrutura de governança do cliente.

d) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Em atenção a Resolução BCB nº 265/2022, a Distribuidora mantém estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e ao nível de exposição a esse risco. O processo de gerenciamento do risco de liquidez se dá através de monitoramento contínuo do fluxo de caixa em diferentes horizontes de tempo, frente a situações normais e adversas de mercado.

Ademais, em conformidade às exigências da Resolução BCB 207/2022 e do Ofício Circular 190/2022-PRE consolidamos e enviamos mensalmente o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) ao BACEN e o Teste de Estresse de Liquidez à B3.

e) Risco social, ambiental e climático

Em atenção a Resolução BCB 331/2023, a Distribuidora tornou pública a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que tem por objetivo ampliar a inclusão dos aspectos sociais, ambientais e climáticos nas análises e processos decisórios, além de integrar os trabalhos desenvolvidos internamente pelos departamentos de Controles Internos, Facilities e Tecnologia.

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

28. Gerenciamento de risco (continuação)

e) Risco social, ambiental e climático (continuação)

Com o objetivo de atender e atualizar os compromissos assumidos na PRSAC, são desenvolvidos comitês periódicos, envolvendo os departamentos que estão estrategicamente relacionados ao tema. Estas ações são registradas em ata e vão além dos processos de gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático, compondo ainda ações e planos que promovam o estímulo às boas práticas socioambientais envolvendo clientes, fornecedores e funcionários.

Ainda em atendimento as obrigações relacionadas a governança do tema, conforme resolução supracitada, foi nomeado Carlos Sinclair Magalhães, Diretor de Compliance e Controles Internos, como responsável pelo cumprimento da PRSAC dentro da Distribuidora.

f) Estrutura do gerenciamento de capital

A fim de garantir a confiabilidade das informações, como ocorre em todos os procedimentos dessa Distribuidora, o gerenciamento de capital é um trabalho com atuação compartilhada entre algumas áreas da distribuidora, tais como: departamento de risco, contabilidade e financeiro.

O diretor indicado a representar a BGC Liquidez perante o Banco Central no gerenciamento de capital será responsável pela revisão e aprovação semestral desse controle. Além disso, analisará e aprovará, em conjunto com os demais membros da diretoria, a estrutura e política de gerenciamento de capital e os informará possíveis riscos que possam impactar o capital da Distribuidora.

Os gerentes de risco e de contabilidade serão responsáveis pela elaboração e gestão do relatório semestral de gerenciamento de capital a ser submetido à revisão e aprovação do diretor responsável.

g) Políticas e estratégias

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Mínimo Requerido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

A BGC Liquidez encontra-se enquadrada nos requerimentos estabelecidos pela Resolução BCB 200/2022, bem como alinhada com os relatórios internos de gerenciamento de capital e planejamento estratégico da companhia.

O Índice Basileia para 30 de junho de 2025 era de 42,01%.

Patrimônio de referência para RWA	30/06/2025
Patrimônio de referência de nível I	220.931
Patrimônio de referência mínimo requerido	42.076
Adicional de capital principal mínimo requerido	13.148
Total	<u>276.155</u>

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

28. Gerenciamento de risco (continuação)

Descrição	30/06/2025
RWA para risco operacional (i)	368.614
RWA para risco de crédito (ii)	82.753
RWA para risco de mercado (iii)	74.583
RWAJUR1	73.344
RWAJUR2	-
RWAJUR3	-
RWAJUR4	-
RWAACS	-
RWACAM	-
RWACOM	-
RWADRC	1.239
Total	600.533

(i) As exposições ao risco operacional sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWAOPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB nº 356, de 28 de novembro de 2023, aplicados ao segmento S4.

(ii) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB nº 229, de 12 de maio de 2022.

(iii) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAJUR1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2), índices e preços (RWAJUR3), e dos cupons de taxa de juros (RWAJUR4), do preço de mercadorias commodities (RWACOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAACS), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWACVA).

h) Plano de capital

O gerenciamento de capital apoia-se nas estratégias e necessidades operacionais da instituição, sem deixar de observar as demais necessidades organizacionais.

De acordo com as estimativas passadas, a Distribuidora, no exercício de 2020, reverteu o cenário de prejuízos acumulados, ampliou a margem positiva demonstrada pelo índice Basileia e manteve esse cenário para o semestre findo em 30 de junho de 2025.

Índice de Basileia	
2025.06	42,01%

BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

29. Programa de premiação de longo prazo (UNITS)

O programa de units envolve a concessão de participações societárias na BGC Holdings, L.P. Os termos e condições relativas ao programa estão descritos no Segundo Contrato Alterado e Consolidado de Sociedade Limitada da BGC Holdings, alterado e atualizado em 13 de dezembro de 2017.

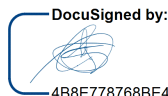
As Unidades de Parceria, que atualmente devem estar na forma de PSUs, PPSUs, PSIs, PPSIs, PSEs ou PPSEs, estão sujeitas aos termos e condições contidos no(s) documento(s) de concessão pelo qual tal subsídio não monetário foi concedido, incluindo, sem limitação, quaisquer cláusulas de cancelamento e cláusulas restritivas.

30. Eventos subsequentes

Até o presente momento, não foi identificado nenhum evento subsequente.

* * * * *


Diretoria:

DocuSigned by:


4B8E778768BE41E...
Carlos Eduardo Sinclair Magalhães
Diretor de Risco e Compliance

DocuSigned by:

79096CBEE09F485...
Marcelo dos Santos
Diretor de Operações

DocuSigned by:

02995D70C40641D...
Laureano Ricardo Mulé
Controller Financeiro
CRC nº 1SP339183/O-2